

A DGRH.  
Luis Miguel Teles Pires  
2016 out 26

P.D. Nº 237

SESSÃO C.A. 24/10/2016

DELIBERAÇÃO:

Aprovada por unanimidade

O Presidente do C.A.

## Proposta de Deliberação

<b>Serviço:</b>	DGRH - DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
<b>Assunto:</b>	<b>Homologação de atas e proposta de Cessação de Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão. (Ref.ª A)</b>

<b>Descrição da Ação:</b> Cessação de procedimento concursal e abertura de novo procedimento.					
GOP:	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Ação	Natureza ou Código PPI	C.C. Orçamental
			A	56 CMA	

### Considerando que:

81 100-27-114

José Augusto Santos  
Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos

2016.11.02

- De acordo com a informação n.º 371 ACB/DGRH - 2016, de 17 de outubro, subscrita pelo Sr. Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, é proposta a homologação pelo Conselho de Administração das atas referentes ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional na Divisão de Equipamento e Telegestão, bem como, a cessação do mencionado procedimento concursal e autorização para abertura de novo procedimento;
- O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração datada de 26 de abril de 2016, e publicitado por Aviso n.º 6131/2016, Diário da República, 2.ª Série, n.º 92 de 12 de maio;
- O prazo de apresentação das candidaturas decorreu até 27/05/2016 tendo sido rececionadas 10 candidaturas;
- Analizadas as mesmas pelo júri do procedimento constituído para o efeito, foi deliberada a admissão de apenas um candidato, Luís Miguel Teles Pires;

d) Tendo sido devidamente notificado da data, hora e local para a entrevista de Avaliação de Competência, o referido candidato não compareceu, o que resultou na sua exclusão, tendo o concurso ficado deserto;

e) Mantendo-se no entanto a necessidade de recrutamento, torna-se necessário proceder à abertura de um novo procedimento concursal, para provimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão;

h) A DAAJ analisou o processo, tendo-se pronunciado pela sua conformidade legal, conforme melhor vertido na informação nº 683-DAAJ/2016, de 19 de outubro.

**Em face do que, proponho:**

- 1 - A homologação das atas referentes ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão;
- 2 - A cessação, face aos pressupostos descritos, do referido procedimento aberto pelo Aviso n.º 6131/2016, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 92, de 12 de maio;
- 3 - Autorização para nova abertura de procedimento concursal para provimento do mencionado posto de trabalho.

 O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



PAULO VISTAS

Oeiras, 19 de outubro de 2016

**Anexos:**

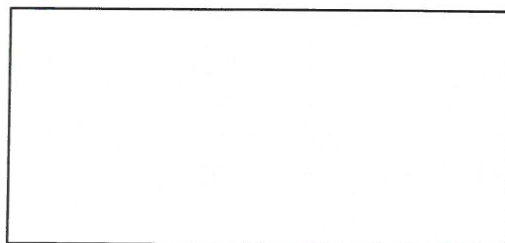
Informação nº 683-DAAJ/2016, de 19 de outubro

Informação nº 371 ACB/DGRH - 2016, de 17 de outubro e respetivas Atas.

MC/



Assunto



Parecer:

*Jeandro Luz*  
*no CA/pe de luto*  
*0.21.10.2016*

Despacho:

INFORMAÇÃO Nº 683-DAAJ/2016

Assunto: Homologação de atas e proposta de cessação de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Equipamento e Telegestão.

Exmo. Senhor,  
Dr. Alberto Luz

*Alberto Luz*  
**ALBERTO LUZ**  
Chefe da Divisão de Auditoria  
e Apoio Jurídico

Analizada a Informação n.º 371 ACB/DGRH, de 17 de outubro de 2016, subscrita pelo Sr. Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, para cujo conteúdo se remete e se dá aqui por integralmente reproduzida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 153º do novo CPA, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, em que é proposta a homologação das atas e proposta a cessação do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão, cumpre informar:

1 - Nos termos do disposto no artigo 38º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da publicitação ou, quando os postos não possam ser totalmente ocupados, por: a) Inexistência ou insuficiência de candidatos à prossecução do procedimento; b) Falta de acordo na negociação do posicionamento remuneratório entre a entidade empregadora pública e os candidatos constantes da lista unitária de ordenação final. Excecionalmente, o procedimento concursal pode, ainda, cessar por ato devidamente fundamentado da entidade responsável pela sua realização, homologado pelo respetivo membro do Governo, desde que não se tenha ainda procedido à notificação da lista de ordenação final aos candidatos, no âmbito da audiência dos interessados.

2 - No âmbito do presente Procedimento Concursal, foram aplicados os métodos de seleção, tendo o júri elaborado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º e 34.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro (na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril) as

*Ass*

respetivas atas, deliberando pela admissão a concurso de um único candidato, o qual, notificado para o efeito, não compareceu à entrevista de avaliação de competências;

3 - Assim, relativamente à cessação do procedimento concursal, dispõe a alínea b) do n.º 1 do artigo 38.º da referida Portaria que, o procedimento concursal cessa face à "Inexistência (...) de candidatos à prossecução do procedimento";

4 - Ora, conforme consta da já mencionada informação n.º 371 ACB/DGRH/2016, de 17 de outubro, verifica-se que tendo sido admitido a concurso um único candidato e não tendo o mesmo cumprido o estipulado no Ponto 7 do aviso de abertura, no que respeita aos métodos de seleção, o concurso ficou deserto, nada obstando à sua cessação;

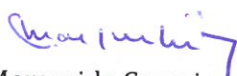
5 - Mais se informa que, por questões de economia processual, mantendo-se a necessidade de provimento de um posto de trabalho a termo resolutivo certo de 1 (um) Assistente Operacional para a Divisão de Equipamento e Telegestão, é proposta, concomitantemente, nova abertura de procedimento;

6 - Assim, encontrando-se o procedimento nos termos legais, pode o mesmo ser submetido a Conselho de Administração com vista à sua deliberação.

À consideração de V. Exa.,

Oeiras, 20 de outubro de 2016.

A Jurista,

  
Margarida Correia

Anexo: respetivo processo.

PARECERES

DESPACHO

A DAAS  
Apudat e C.A.

2016/10/17

710.0

*[Handwritten signature]*

FERNANDO MACHADO  
Chefe Div. Equipamentos e Telegestão

A He Verificad Bem  
/ac i-fon -

0.18.10.2016

*[Handwritten signature]*

Informação Nº 371 ACB/DGRH - 2016		Data: 17-10-2016			
Assunto:	Homologação de atas e proposta de Cessação de Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).				
GOP:	Obj. Estratégico	Obj. Operacional	Acção	Natureza/PPI	C.C. Orçamental
CPV:					

*[Handwritten note: para trabalhar na repartição]*

Por Deliberação do Conselho de Administração destes Serviços Intermunicipalizados, datada de 26 de abril de 2016, foi autorizada a abertura de procedimento concursal com vista ao provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo.

Nos termos do art.º 19º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 abril (doravante abreviadamente designada P145-A/2011), conjugado com o art.º 33º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (adiante



abreviadamente designada LTFP), o supramencionado concurso foi devidamente publicitado por Aviso n.º 6131/2016, Diário da República, 2.ª série, n.º 92 de 12 de maio de 2016.

No âmbito do presente procedimento concursal, cujo prazo de apresentação de candidaturas decorreu até 27/05/2016, foram rececionadas 10 candidaturas, sendo que, por deliberação do Júri constituído e aprovado para este efeito, apenas foi admitido ao presente procedimento o candidato Luís Miguel Teles Pinto.

Tendo sido devidamente notificado da data, hora e local para aplicação do método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências, o referido candidato não compareceu, resultando na exclusão do único candidato ao procedimento.

Realizado o enquadramento da presente questão e, bem assim, exposta a situação na qual se encontra o referido procedimento concursal, cumpre apreciar da possibilidade de cessação do procedimento concursal, conforme proposto.

Ora, a este respeito, dispõe, atualmente, o art.º 38º da P145-A/2011, sob a epígrafe “*Cessação do procedimento Concursal*”, que:

*“1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 40.º, o procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da publicitação ou, quando os postos não possam ser totalmente ocupados, por:*

- a) Inexistência ou insuficiência de candidatos à prossecução do procedimento;*
- b) Falta de acordo na negociação do posicionamento remuneratório entre a entidade empregadora pública e os candidatos constantes da lista unitária de ordenação final.*

*2 - Excepcionalmente, o procedimento concursal pode, ainda, cessar por acto devidamente fundamentado da entidade responsável pela sua realização, homologado pelo respectivo membro do Governo, desde que não se tenha ainda procedido à notificação da lista de ordenação final aos candidatos, no âmbito da audiência dos interessados.”*

Ora, atento o fato do presente procedimento ter ficado deserto de candidatos e verificados que se encontram os pressupostos previstos na alínea a) do art.º 38º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 abril, **propõe-se**:

- (I) Nos termos do art.º 36º, alínea 2, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, sejam homologadas, pelo Conselho de Administração, as atas referentes ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de um posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional na Divisão de Equipamentos e Telegestão;
- (II) A cessação do procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 posto de trabalho na Divisão de Equipamentos e Telegestão;
- (III) Seja autorizada nova abertura de procedimento concursal.

À consideração superior,

SIMAS de Oeiras e Amadora, 17 de outubro de 2016




O Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos



1

José Augusto Santos

Homologação  
16.10.24



### ATA NÚMERO TRÊS

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).**

1. Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6131/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de proceder ao projeto de classificação e ordenação de candidatos e respetiva proposta de homologação.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.º Fernando Augusto Rodrigues Machado, Chefe da Divisão de Equipamentos e Telegestão;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Nuno Filipe Vicente Alves Fontes, Técnico Superior.

2. Foi admitido ao processo concursal o seguinte candidato:

- Luís Miguel Teles Pinto

### 3. Métodos de seleção

De acordo com o estipulado no ponto 7. do Aviso de Abertura, os métodos de seleção previstos foram a Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências.



4. Nestes termos, foi devidamente notificado da data, hora e local da Entrevista de Avaliação de Competências, o único candidato admitido ao presente procedimento, não tendo o mesmo comparecido.
5. Ora, de acordo com o previsto no n.º 12 do art.º 18º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os métodos de seleção são eliminatórios, pelo que a não comparência do candidato determinou a sua exclusão.
6. Face à análise dos elementos constantes do processo, resultou que o presente procedimento concursal ficou deserto de candidatos.
7. Nada mais havendo para decidir, deu o júri por finda a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Vogal Efetivo(a) \_\_\_\_\_

2º Vogal Efetivo(a) \_\_\_\_\_

**LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).**

<b>Candidato</b>	<b>CF</b>
- Luís Miguel Teles Pinto	<b>a)</b>

- a) o candidato não compareceu à realização da Entrevista de Avaliação de Competências.

Onde:

CF – classificação final (0 a 20 valores)

SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, 10 de outubro de 2016

O Presidente do Júri

  
Fernando Augusto Rodrigues Machado

*[Handwritten signatures in blue ink]*

## **ATA NÚMERO DOIS**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).**

1. Aos trinta dias de junho do ano de dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6131/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de proceder à apreciação das candidaturas e deliberar sobre a admissão e exclusão dos candidatos.

O referido júri é composto:

Presidente: Eng.º Fernando Augusto Rodrigues Machado, Chefe da Divisão de Equipamentos e Telegestão;

Vogais:

1º Vogal Efetivo(a): Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos;

2º Vogal Efetivo(a): Eng.º Nuno Filipe Vicente Alves Fontes, Técnico Superior.

2. Passou-se de seguida à análise das candidaturas apresentadas. No seguimento da apreciação e avaliação realizadas às mesmas, decidiu o júri:

### **2.1 Admitir o candidato:**

- Luís Miguel Teles Pinto



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## 2.2 Excluir os candidatos:

- Abel Filipe Beato Cruz (4, 5, 6, 7)
- Carlos Manuel Antunes Freitas (4, 5, 6, 7)
- Fernando Manuel dos Santos Correia Soares (4, 5, 6, 7)
- Joaquim Carlos Graça da Silva (4, 5, 6, 7)
- Luís António Fernandes Neves (4, 5, 6, 7)
- Luís Filipe Ferreira Roque (2, 4, 5, 6, 7)
- Marco Alexandre Alves Esteves (1, 3, 4, 5, 6, 7)
- Mário Manuel Rodrigues Videira (4, 5, 6, 7)

## Motivos da Exclusão

- (1) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de certificado de habilitações literárias exigidas para o posto de trabalho;
- (2) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de *curriculum vitae* assinado pelo candidato;
- (3) Não comprova requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Habilitações Literárias, a saber 9º ano de escolaridade;
- (4) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Carteira profissional de eletricista de baixa tensão;
- (5) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência no desempenho das funções colocadas a concurso;
- (6) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência em execução e reparação de instalações elétricas de baixa tensão e instalações força matriz;
- (7) Não cumpre com requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2. do Aviso, nomeadamente Experiência em instalação e manutenção de rede estruturada.

3. Nos termos do n.º 3 do art.º 29º e n.º 3 do art.º 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri decidiu proceder à audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, determinando como forma de notificação o envio por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação.
4. Mais deliberou o júri que a data, hora e local da aplicação dos restantes métodos de seleção, a que se refere o ponto 7. do Aviso de Abertura, serão comunicados, oportunamente, ao único candidato admitido.
5. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Vogal Efetivo(a) \_\_\_\_\_

2º Vogal Efetivo(a) \_\_\_\_\_

**ATA NÚMERO UM**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).**

1. Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 6131/2016, Diário da República, 2ª série, n.º 92, de 12 de maio de 2016, a fim de estabelecer o calendário a que se propõe obedecer para cumprimento dos prazos no âmbito do referido procedimento.

O referido júri é composto:

**Presidente:** Eng.º Fernando Augusto Rodrigues Machado, Chefe da Divisão de Equipamentos e Telegestão;

**Vogais:**

**1º Vogal Efetivo(a):** Dra. Irene Maria Alves Lima Torrinha, Técnica Superior de Recursos Humanos;

**2º Vogal Efetivo(a):** Eng.º Nuno Filipe Vicente Alves Fontes, Técnico Superior.

2. Passou-se, de seguida, à definição da calendarização a que o júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos no art.º 22º, n.º 4 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da qual resultou o documento que se anexa à presente Ata e da qual é parte integrante.

3. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

**Presidente** \_\_\_\_\_

**1º Vogal Efetivo(a)** \_\_\_\_\_

**2º Vogal Efetivo(a)** \_\_\_\_\_



*[Handwritten signatures]*

**ATA NÚMERO UM**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a termo resolutivo certo para provimento de 1 Assistente Operacional para a Divisão de Equipamentos e Telegestão (Ref.ª A).**

Calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimentos dos prazos estabelecidos na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

<b>Procedimento</b>	<b>Prazo</b>
Elaboração do calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria 145-A/2011 (art.º 22º, n.º 4)	até 14 de junho de 2016
Elaboração do projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos do procedimento concursal, sua publicação na página eletrónica e notificação dos candidatos	10 dias úteis subsequentes à data limite de apresentação de candidaturas
<b>Audiência dos interessados (artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)</b>	
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados  <b>(artigo 31º, n.º 1 e n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam $\leq 100$ ou $> 100$ respetivamente
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação dos métodos de seleção  <b>(artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência de interessados
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil
Publicação na página eletrónica e receção dos resultados obtidos no 1º método de seleção  <b>(artigo 33º, n.º 1, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	10 dias úteis a contar da realização da prova
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação do 2º método de seleção  <b>(artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da do 1º método
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil

Procedimento	Prazo
Ordenação final dos candidatos e notificação (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Ordenação final dos candidatos e notificação (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Audiência de interessados  Audiência dos interessados (artigo 36º, n.º 1, conjugado com o artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)	10 dias úteis após envio
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados  (artigo 36º, n.º 1, conjugado com os n.º 2 e 3 do artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam $\leq 100$ ou $> 100$ respetivamente
Elaboração da lista final de ordenação final e submissão da lista a homologação (artigo 36º, n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência dos interessados
Notificação dos candidatos do ato de homologação da lista final de ordenação final (artigo 36º, n.º 4 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação
Envio para publicação da lista final de ordenação final após homologação, na 2ª série do DR, página eletrónica e receção (artigo 36º, n.º 6 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação

Presidente

1º Vogal Efetivo(a)

2º Vogal Efetivo(a)